

EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E CONJUTURA POLÍTICA

Um Periódico do Grupo de Pesquisa "Opinião Pública:
Marketing Político e Comportamento Eleitoral"

Ano 2 - N.11
Novembro de 2010
ISSN: 2176-4883



DOSSIÊ

ELEIÇÕES 2010: O BRASIL QUE SAIU DAS URNAS

Carlos Augusto Souza
Fabiano Santos
Pedro Ribeiro
Helcimara Telles
Carlos Ranulfo

Opinião

Cloves Luiz Pereira Oliveira

Resenha

Kátia Ferreira Gontijo



REALINHAMENTO, SÍNDROME DO FLAMENGO E A SOCIAL-DEMOCRACIA BRASILEIRA: BREVES REFLEXÕES SOBRE A ÚLTIMA DISPUTA PRESIDENCIAL

Realignment, “Flamengo’s” Syndrome and the Brazilian social-democracy: brief notes on the last presidential elections

Pedro Floriano Ribeiro

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

✉ pfribeiro@ufscar.br

A eleição presidencial de 2010 se mostrou a mais acirrada desde o pleito de 1989, quando Collor e Lula protagonizaram uma contenda encarniçada no segundo turno. Ao mesmo tempo, a disputa jogou por terra os prognósticos segundo os quais teríamos – baseados nos currículos dos três candidatos favoritos – um debate de nível razoável, ao redor de propostas ao menos aparentemente sérias para o país. O que se viu, especialmente entre os dois postulantes que chegaram ao segundo turno, foi lamentável. De um lado, José Serra, o candidato sem candidatura, iniciou uma improvável cruzada moralista-religiosa que faria corar até as vivandeiras alvoroçadas que rondavam os quartéis no período pré-1964. Já a candidatura governista empreendeu uma campanha insossa e distante da realidade no primeiro turno, especialmente na televisão, ao abrir mão de recursos eminentemente *políticos* – ou a demorar a utilizá-los. A comparação entre as gestões Lula e FHC e a exploração da ampla rede de apoio formada pelos governadores favoritos na maioria dos estados foram deixadas de lado, sendo trazidas com força ao cenário apenas no segundo turno – quando, caindo na armadilha lançada por Serra, Dilma Rousseff faria graves concessões ao conservadorismo religioso que viceja em certas regiões do país.

Analizando ainda no calor da hora, a opção final do eleitorado pela continuidade da gestão petista levanta considerações sobre (ao menos) dois aspectos cruciais. Em primeiro lugar, os significados embutidos na renovação do apoio popular ao projeto de Lula e do PT; por outro lado, o futuro do bloco oposicionista, e a disputa que se esboça em torno da própria definição desse futuro. Os próximos parágrafos trazem breves – e despretensiosas – reflexões acerca dessas questões.

De Lula a Dilma

A base eleitoral que levou Dilma à Presidência possui um perfil socioeconômico muito semelhante à que reelegeu Lula em 2006. Tanto numa disputa quanto noutra, o apoio ao candidato petista foi maior entre os estratos de menor renda e escolaridade, com o principal candidato da oposição sustentando sua votação em uma base de perfil inverso – perfis que se delinearão já no primeiro turno, acentuando-se posteriormente. Para não me alongar em fato amplamente conhecido, basta citar que, antes da votação final em 2006, Lula possuía 69% das intenções de voto entre o eleitorado de menor renda, 59% no estrato seguinte (2 a 5 salários mínimos), 49% na faixa de 5 a 10 salários mínimos, e 44% entre os cidadãos mais ricos. Nas mesmas faixas, Dilma ostentava respectivamente os índices de 61%, 54%, 49% e 42%, com Serra apresentando um desempenho bastante próximo, obviamente, ao que Alckmin tivera em 2006¹.

Longe de indicar a existência de uma divisão social ou classista acentuada no país – já que Lula/Dilma tiveram votações expressivas também nos estratos de maior renda e escolaridade – as diferenças socioeconômicas constituem, no entanto, a característica mais relevante em termos das bases de apoio aos candidatos do PT e do PSDB. Esse é o ponto mais importante a ser investigado, e não uma suposta divisão do país entre um norte/nordeste lulista e um sul/sudeste oposicionista, idéia amplamente defendida por alguns analistas e pelo *mainstream* jornalístico, especialmente o televisivo, com seus mapas coloridos entre estados azuis e vermelhos, numa clara e capenga emulação das coberturas feitas pelas emissoras norte-americanas – desconsiderando, deliberadamente ou apenas por ignorância, as diferenças entre os sistemas eleitorais dos dois países².

Os números acima também indicam uma mudança da base petista: até 2002, o Partido dos Trabalhadores e Lula desfrutavam de maior apoio entre um

¹ Votos válidos, nas últimas pesquisas Datafolha antes da votação de segundo turno.

² Nos EUA, o vencedor em cada estado leva todos os delegados daquele estado para o Colégio Eleitoral que indicará o presidente, o que justifica o mapeamento entre estados democratas e republicanos.

eleitorado nitidamente de classe média, com especial inserção entre os estratos de maior escolaridade. Atento a esse fenômeno, André Singer vem defendendo a tese do *realinhamento* do eleitorado brasileiro entre 2002 e 2006, com a adesão das massas (do subproletariado, em sua terminologia) ao projeto lulista e o afastamento de setores de classe média a partir dos escândalos de 2005 (Singer, 2009)³. Não há dúvidas quanto a esse realinhamento, bem apontado pelo autor e por outros pesquisadores – e que extravasou o apoio eleitoral a Lula/Dilma, já que pesquisas de preferência partidária também passaram a delinear um perfil mais popular do eleitorado simpático ao PT (Veiga, 2007; Samuels, 2008).

A vitória de Dilma veio confirmar a força desse realinhamento. A pergunta que cabe, então, diz respeito aos fundamentos dessa adesão em termos do comportamento do eleitor. Para Singer (2009), trata-se da adesão a um projeto de inclusão social e redistribuição de renda dentro da ordem, que conformaria uma espécie de *New Deal* brasileiro, um pacto de longa duração e de ampla aceitação na sociedade – inclusive pela oposição moderada, fadada ao fracasso eleitoral caso proponha a reversão de tais mecanismos. Se Singer enxerga uma resposta consciente dos estratos mais beneficiados pelas políticas governistas, cabe levantar uma hipótese alternativa: não estaríamos diante de uma reedição da clássica tese da “síndrome do Flamengo” de Fábio Wanderley Reis, com o apoio *desideologizado*, difuso e afetivo ao PT e a Lula (com este “puxando” o apoio àquele), numa identificação desprovida de conteúdos substantivos? Simplificações cognitivas que, um dia, resultaram em apoio popular maciço ao antigo MDB.

Na essência, uma questão-chave distingue a tese de Singer da hipótese alternativa: o peso da racionalidade na adesão ao PT e a Lula. Nesse ponto, a eleição presidencial de 2010 poderia ter se constituído em prova de fogo para avaliar em que medida o PT consegue sustentar tal identificação sem a figura carismática de Lula na urna eletrônica. Ao conseguir eleger uma candidata desprovida de capital eleitoral próprio, os líderes petistas poderiam sair da disputa proclamando o amplo apoio popular a um projeto eminentemente partidário (ou de um bloco de partidos), que vai além da figura de Lula. No entanto, a onipresença de Lula na campanha impediu tal avaliação, ao menos em um primeiro momento. Somente *surveys* pós-eleitorais podem indicar com mais precisão os fatores efetivamente mobilizados pelo eleitor na escolha da nova

³ Além do artigo citado, Singer explora sua tese em alguns textos publicados na imprensa: “O Lulismo e seu futuro”. *Revista Piauí*, n. 49, outubro de 2010, pp. 62-66. “A história e seus ardis: o lulismo posto à prova em 2010”. *Folha de S. Paulo*, 19 de setembro de 2010, Ilustríssima, pp. 4-5.

presidente – podendo levar à conclusão, inclusive, acerca de uma interessante e complexa mescla entre as duas hipóteses.

De qualquer modo, Singer tem razão quando aponta a progressiva consolidação de certo consenso na sociedade brasileira quanto ao caminho a ser trilhado nos próximos anos, combinando-se crescimento econômico, distribuição de renda e manutenção da ordem. Nesse sentido, sua perspectiva é próxima (mas com outros termos) à de Fábio Wanderley Reis (2010, pp. 70-74), quando este levanta, em artigo recente, a possibilidade de estar em curso a formação de um único centro social-democrata no Brasil, constituído principalmente por PT e PSDB: uma arena de disputa entre as duas forças definida em termos social-democratas, de modo similar ao que se deu na Europa ocidental no período pós-Segunda Guerra. Tal tese remete às reformulações programáticas que, cedo ou tarde, PT e PSDB deverão enfrentar.

A social-democracia no Brasil

Como afirma Reis (2010, p. 74), a entrada do PT nesse centro social-democrata decorre do duro aprendizado do partido com a crescente inserção institucional e, principalmente, com o exercício do governo federal na era Lula. Posso acrescentar que, além disso – e intimamente conectado ao êxito eleitoral, – a social-democratização do PT também resulta de transformações internas que tornaram o partido refém do sucesso eleitoral: a roda petista não gira mais sem o amplo acesso de seus membros aos cargos disponíveis nas diversas esferas governativas – incentivos seletivos que inevitavelmente conduziriam o partido à moderação (Ribeiro, 2010). De qualquer modo, o PT é, hoje, o genuíno partido brasileiro da social-democracia: práticas um tanto mais intervencionistas em termos do balanço entre Estado e mercado, amplas alianças políticas e sociais (inclusive com o empresariado), e uma base de massas, com forte inserção no meio sindical – isso é a social-democracia no mundo, e este é o PT. Claro está que não se trata da social-democracia clássica do imediato pós-Segunda Guerra, nem muito menos daquela do início do século 20. É uma social-democracia que, assim como nos países europeus, abraçou os cânones do modelo neoliberal de gestão macroeconômica. Nesse sentido, o fosso atual entre a prática do PT nos governos e o objetivo oficialmente defendido no programa é enorme: o artigo primeiro do estatuto petista continua a afirmar que a agremiação atua para “construir o socialismo democrático”⁴. A prática de uma social-democracia

⁴ Estatuto do PT. Aprovado em reunião do Diretório Nacional em 5 de outubro de 2007.

envergonhada não a torna menos social-democrata, no entanto, a despeito do evidente desconforto de muitos militantes e lideranças petistas quando confrontados com esse rótulo. Embora realizando, ao longo do governo Lula, um tipo de *aggiornamento* a conta-gotas, com a revisão pontual de várias de suas bandeiras históricas, o PT ainda deve passar por seu Bad Godesberg⁵, adequando seu programa à prática governativa desenvolvida em distintas esferas (o que dificilmente ocorrerá enquanto o partido estiver no governo federal).

Sair do armário representará um passo estratégico para o PT na disputa contra o PSDB, obrigando este a optar, no curto-médio prazo, entre duas possibilidades: disputar a bandeira que lhe confere o próprio nome, ou marchar de vez para a direita do espectro político. Para Reis (2010), a formação desse centro social-democrata se coaduna à presença de um PT moderado, de um lado, e de um PSDB que recupera o projeto que lhe deu origem, de outro – o que aponta, inclusive, para a alternativa de aliança estratégica entre as duas forças. O problema é que, enquanto o PT precisa ajustar seu programa à prática social-democrata que o tem caracterizado, o PSDB deve ajustar o seu a algo que *nunca* foi a social-democracia. A ausência de uma base de massas, uma estrutura interna que gira em torno de alguns poucos caciques, a falta de laços com o sindicalismo, e um período no governo federal marcado pelas privatizações, por drásticas restrições orçamentárias, e pelo sucateamento da máquina estatal são fatores que nada contribuem para criar e reforçar uma eventual identidade social-democrata para os peessedebistas. Em entrevista recente, Hélio Jaguaribe, um dos fundadores do partido, decretou que o PSDB perdeu não só a bandeira social-democrata para o PT: perdeu também a própria capacidade propositiva, de ter bandeiras próprias, reduzindo-se a um partido de “bons sujeitos”⁶.

Sendo assim, a formação de uma arena social-democrata de que fala Reis (2010) se torna algo intrincado. Talvez a realidade mineira possa levantar maiores esperanças nesse sentido, dado o perfil maleável de Aécio Neves e o histórico recente de bom relacionamento entre os diretórios estaduais do PT e do PSDB (ou ao menos entre algumas das lideranças mais importantes de um e outro). No entanto, o PSDB paulista parece pouco disposto a seguir a trilha aecista, o que aponta para um duro embate no início de 2011, quando a direção nacional da sigla será renovada. A campanha de Serra não investiu apenas no “bom-

⁵ Foi no Congresso realizado na cidade de Bad Godesberg, em 1959, que o SPD (Partido Social-Democrata Alemão) retirou o ideário marxista de seu programa.

⁶ Entrevista ao jornal Brasil Econômico, de 7 de outubro de 2010 (disponível em: http://www.brasileconomico.com.br/noticias/psdb-deixou-que-o-pt-encampasse-suas-bandeiras_92570.html).

mocismo” de que fala Jaguaribe: uma versão carola da “banda de música” udenista tomou a frente da campanha, com um discurso com fortes matizes conservadores – coroado com o pronunciamento do candidato após o resultado final, decretando que uma “trincheira em defesa da liberdade e da democracia” havia sido cavada. O apelo religioso não surpreendeu quem acompanha de perto a política paulista, que a partir da morte de Mário Covas, passou a ser dominada por alas do PSDB intimamente ligadas a setores do catolicismo bastante conservadores e com ampla inserção em todos os estratos sociais, mas sobretudo na classe média do interior – sendo a midiática Canção Nova apenas o maior dentre tais movimentos. Assim, se o PFL/DEM tomou explicitamente como modelo, em seu processo de refundação, o Partido Conservador inglês, Serra e Alckmin, em sua opção de levar o PSDB à direita, parecem se inspirar em algo como o Partido Popular espanhol, do ex-primeiro-ministro José María Aznar, agremiação que reúne o entulho mais obscurantista que restou do franquismo.

O futuro do *New Deal* de que fala André Singer, ou da arena social-democrata apontada por Fábio Wanderley Reis, passa necessariamente pelo resultado do confronto interno do PSDB, decisivo para a reconfiguração do programa e da identidade partidárias. Passa também pelo *aggiornamento* do PT, transformando-o em um partido capaz de defender tais bandeiras moderadas *mesmo* (e *principalmente*) quando não estiver mais na liderança do governo federal. E passa, é claro, pelas estratégias e pelo senso de responsabilidade das duas forças que comandam o processo político brasileiro atualmente.

Referências bibliográficas

- REIS, Fábio Wanderley. Identidade política, desigualdade e partidos brasileiros. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 87, p. 61-75, 2010.
- RIBEIRO, Pedro Floriano. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos: EdUFSCar / FAPESP, 2010.
- SAMUELS, David. A Evolução do Petismo (2002-2008). *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 302-318, 2008.
- SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 85, p. 83-102, 2009.
- VEIGA, Luciana. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, p. 340-365, 2007.